

Conferência CPLP/FAO
**“Integração de uma Abordagem de Género na Gestão
de Recursos Hídricos e Fundiários”**

Lisboa, Portugal, 2 a 4 de Junho de 2010

**RELATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO DA REDE REGIONAL DA SOCIEDADE
CIVIL PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR NOS PALOP**

Junho de 2010

Iniciativa organizada por:



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
SÍNTESE DAS ACTIVIDADES	5
DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL	5
PREPARAÇÃO DO CD_ROM	9
CONFERÊNCIA	9
CONCLUSÕES	12
ANEXOS	14
INQUÉRITO	
APRESENTAÇÃO POWER-POINT	

INTRODUÇÃO

O presente relatório foi elaborado pela *ACTUAR – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento*¹ e contém a sistematização das actividades desenvolvidas no âmbito da participação da Rede Regional de Segurança Alimentar nos PALOP na Conferência CPLP/FAO “Integração de uma Abordagem de Género da Gestão de Recursos Hídricos e Fundiários” que decorreu em Lisboa, Portugal, entre os dias 2 e 4 de Junho de 2010.

A mobilização dos parceiros da Rede Regional para esta iniciativa revelou-se uma oportunidade para chamar a atenção para a importância da dimensão de género na promoção da segurança alimentar, em particular no que respeita ao acesso e controlo dos recursos naturais por parte das mulheres.

A Conferência foi organizada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) com o objectivo de apresentar e discutir os resultados do projecto GCP/INT/052/SPA “Desenvolvimento das Capacidades sobre a Integração da Abordagem de Género na Gestão dos Recursos Hídricos e Fundiários” implementado desde 2007 em Angola, Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste. Com esse projecto a FAO/CPLP pretenderam melhorar a segurança fundiária e o acesso à água e outros recursos naturais através da integração da abordagem de género na legislação, políticas e programas de administração e gestão dos recursos hídricos e fundiários de modo a melhorar as condições de vida de homens e mulheres do mundo rural com impactos positivos na sua segurança alimentar, nutrição e saúde. Através desse projecto de abrangência inter-regional, a FAO pretendeu apoiar os Governos no reforço das suas capacidades para o desenvolvimento e difusão das metodologias e estratégias de gestão participativa dos recursos produtivos que atendem à igualdade de género.

A questão de acesso à terra e outros recursos naturais é uma prioridade dos parceiros da sociedade civil no âmbito dos esforços que vêm sendo empreendidos através da Rede Regional com o apoio do projecto IFSN (Rede Internacional de Segurança Alimentar)² para influenciar a agenda política segurança alimentar. Tendo em conta a realização deste evento, a ACTUAR – enquanto facilitadora da Rede Regional –, estabeleceu um acordo com a FAO para viabilizar a participação de representantes da sociedade civil dos PALOP na Conferência com o objectivo de reforçar os níveis de diálogo político e participação social e apresentar a perspectiva da sociedade civil para as conclusões finais.

¹ Ver informações em www.actuar-acd.org

² A **Rede Internacional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar (IFSN)** é uma iniciativa implementada globalmente pela ActionAid em parceria com outras organizações através de financiamento da Comissão Europeia. Actualmente integra 30 redes nacionais e regionais nas regiões África, Ásia e América Latina envolvendo mais de 1.400 organizações locais com o principal objectivo de fortalecer o diálogo entre governos e sociedade civil em matéria de segurança alimentar e direito à alimentação. Mais informações em www.ifsnaid.net.

Em concreto, esta iniciativa de mobilização integrou as seguintes actividades:

- 1) Realização de um diagnóstico institucional por parte da Rede Regional sobre a integração da abordagem de género no acesso e gestão sobre os recursos hídricos e fundiários em Angola, Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste.
- 2) Compilação de um CD-ROM contendo materiais sobre o tema de género e acesso a recursos naturais baseados em abordagens participativas que funcione como ferramenta de capacitação para a sociedade civil.
- 3) Participação da Rede Regional na Conferência para apresentação dos resultados do diagnóstico, aprofundamento do diálogo político e contribuição para as conclusões finais.

A **comitiva** da reunião foi composta pelos seguintes representantes:

- **Angola:** Belarmino Jelembi, ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente;
- **São Tomé e Príncipe:** Maria Odete Aguiar, FONG-STP – Federação das ONGs de São Tomé e Príncipe e Celso Garrido, RESCSAN-STP – Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe;
- **Moçambique:** Saquina Mucavele, ROSA – Rede de Organizações pela Soberania Alimentar de Moçambique;
- **Guiné-Bissau:** Carlos Rui Ribeiro, RESSAN-GB – Rede para a Segurança e Soberania Alimentar da Guiné-Bissau.
- **Cabo Verde:** Idalina Freire, Organização das Mulheres de Cabo Verde;
- **Portugal:** Isabel Dinis, ACTUAR – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento e Ana Gonçalves, MARP – Associação das Mulheres Agricultoras e Rurais Portuguesas.

SÍNTESE DAS ACTIVIDADES

Diagnóstico institucional sobre a integração da abordagem de género no acesso e gestão sobre os recursos hídricos e fundiários em Angola, Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste.

A realização deste diagnóstico teve como objectivo contribuir para a discussão sobre a problemática da questão de género e acesso a recursos naturais e suas implicações na promoção da segurança alimentar. O documento final foi apresentado e entregue aos participantes durante Conferência, contendo recomendações a ter em conta por parte dos governos da CPLP e demais actores.

Tendo por base uma metodologia participativa, a ACTUAR solicitou a colaboração dos parceiros das redes nacionais da sociedade civil de forma a assegurar a inclusão das suas preocupações, demandas e recomendações no que respeita à integração da abordagem de género no acesso e gestão sobre os recursos hídricos e fundiários.

Em termos metodológicos, numa primeira fase, aplicou-se um questionário (Ver Anexo 1) que foi distribuído pelos pontos focais das redes aos seus respectivos parceiros em cada país. Numa segunda fase, procedeu-se a um levantamento e análise do conteúdo das iniciativas em curso e/ou em formulação (políticas, programas, projectos, legislação) e de outra documentação relevante (diagnósticos, estudos, relatórios), bem como dos diversos actores intervenientes (governamentais, sociedade civil, agências internacionais) relacionada com a questão de género no acesso e gestão sobre os recursos hídricos e fundiários nos países considerados.

Após a elaboração da primeira versão do documento, o mesmo foi objecto de análise por parte dos parceiros nacionais da sociedade civil na CPLP no sentido de recolher comentários e reacções às conclusões preliminares. Este processo resultou finalmente num posicionamento conjunto quanto às propostas e recomendações a integrar no documento e a apresentar na Conferência.

A estrutura do documento final incluiu uma discussão sobre a temática de “género, agricultura e ambientes”, análise do marco regulatório internacional nessa matéria, estudos de caso em quatro países seleccionados (Angola, Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste), análise comparativa e sistematização de conclusões e recomendações.

As principais **conclusões** e **recomendações** apresentadas no estudo foram as seguintes:

- *Para alcançar uma situação de reconhecimento e respeito efectivo pelos direitos das mulheres ao acesso, gestão e controlo sobre recursos naturais, e assim contribuir efectivamente para a segurança alimentar e redução da pobreza rural, entendemos como prioritário um compromisso político permanente na adopção de uma abordagem de género e reforço das capacidades das instituições e actores relevantes, dos canais de informação e formação, através da actuação em diversas áreas, a saber:*

A) CAPACITAÇÃO

- *Desenvolver, adaptar e disseminar materiais de capacitação traduzidos para distintos grupos e contextos (cartilhas, livros, vídeos) sobre Indicadores de Género adaptados às realidades nacionais (particularmente que evidenciem: acesso e controlo das mulheres sobre recursos naturais e seus impactos sobre a segurança alimentar, gestão participativa de recursos fundiários e hídricos, assentes na igualdade socioeconómica de género, empoderamento, igualdade de género).*
- *Promover acções de capacitação e sensibilização (seminários, workshops, campanhas mediáticas) sobre leis fundiárias e hídricas e protecção consuetudinária, particularmente no que respeita a protecção dos direitos das mulheres, de forma a prevenir abusos e destituições. Seriam inclusivamente válidas acções de intercâmbio de formação entre países da CPLP.*
- *Promover investigação nas seguintes áreas: Práticas locais e consuetudinárias; Estruturas de posse da terra rural local; Fundos para acesso de mulheres à terra; Estatísticas relacionadas sobre terra (número total de detentores, mulheres detentoras, mulheres responsáveis pelo lar, etc); impacto do acesso e gestão de recursos naturais sobre a segurança alimentar nos distintos países; situação de transição nas regras e normas costumeiras de controlo e gestão dos recursos nas diferentes etnias.*
- *Acções de capacitação que envolvam a participação efectiva da **população local** sobre: i) inclusão de uma abordagem de género nos programas, políticas e leis nacionais; ii) princípios previstos nas legislações internacionais de direitos humanos; iii) gestão de recursos naturais (terra, água, biodiversidade) - inclui análise, tratamento e manutenção das infra-estruturas de água; iv) importância do papel das mulheres para a gestão de recursos naturais e sua contribuição para a segurança alimentar e desenvolvimento.*
- *Projectos Comunitários de Reforço de Capacidades das **Mulheres e Jovens**, visando melhorar as suas competências nos aspectos ligados à gestão de recursos, incluindo a gestão de negócios, dando particular destaque à integração das questões de género (Gender mainstreaming) e acções de Comunicação para a Mudança de Comportamento (CMC). As ONG's e Associações poderiam assegurar a implementação destas acções, tendo em conta a sua capacidade e facilidade de acesso às comunidades. Para o efeito, **técnicos activistas de desenvolvimento e da sociedade civil** teriam também uma fase de melhoria das suas capacidades.*
- *Formação/Capacitação de **técnicos activistas** de desenvolvimento e da sociedade civil, para construção de uma nova cultura em relação ao acesso a recursos naturais (terra, água, biodiversidade) e seus impactos sobre a segurança alimentar, com particular ênfase no que respeita a inclusão de uma abordagem de género.*
- *Programa de capacitação dirigido aos **responsáveis técnicos** em matéria de terras e águas nos ministérios e escritórios provinciais/comunais (locais),*

de forma a sensibilizá-los quanto às interfaces entre género, acesso a recursos naturais e segurança alimentar, e assegurar a sustentabilidade destas mudanças.

- *Trabalho conjunto com os **líderes comunitários**, no sentido da aplicação efectiva dos princípios fundamentais de igualdade e não discriminação proclamados nos instrumentos internacionais de direitos humanos.*
- *Para alcançar mudanças culturais efectivas, os **homens** terão necessariamente de ser incluídos nos programas de capacitação e de definição dos projectos. Campanhas mediáticas e acções de sensibilização quanto aos direitos das mulheres dirigidas a homens, com mensagens positivas das mulheres e quanto ao seu status e responsabilidades nas esferas públicas e privadas, de forma a contribuir para alterar as visões e atitudes estereotipadas existentes em relação ao papel de mulheres e homens.*

B) SISTEMA JURÍDICO

- *Adequar os sistemas legais e tradicionais respectivos (elaboração - para aspectos que ainda não existam - adopção, implementação e difusão de leis, regras e normas, quer nacionais quer internacionais).*
- *Reformar o quadro legal e criar estrutura ministerial feminina, quando necessário, com influência sobre a orientação na política de gestão de recursos hídricos e fundiários.*
- *Acções de apoio jurídico para assegurar o acesso das mulheres a serviços legais de forma a facilitar o acesso da mulher à Justiça (exemplo: criação de consultorias jurídicas gratuitas, etc).*
- *Harmonizar a aplicação de normas consuetudinárias com as do direito escrito, quando pertinente, tendo em consideração circunstâncias particulares, e introduzir reformas graduais nos usos e práticas, para ajustá-los aos princípios constitucionais e do direito internacional sobre equidade de género.*
- *Formulação de uma política agrária por parte do Governo que tenha em conta e diversidade do País e os problemas reais dos agricultores pobres, garantindo-lhes segurança em termos de propriedade das terras de que dispõem e do acesso a quem não a tenha (Angola).*
- *Adopção, pelo Governo, de medidas que orientem a cedência de terras a empresários apenas com base em estudos adequados e independentes e após verdadeiras negociações com as populações envolvidas. Tais estudos deverão contemplar soluções para os problemas dos agricultores que, eventualmente, possam ser prejudicados.*

C) PARTICIPAÇÃO, EMPODERAMENTO E REDES

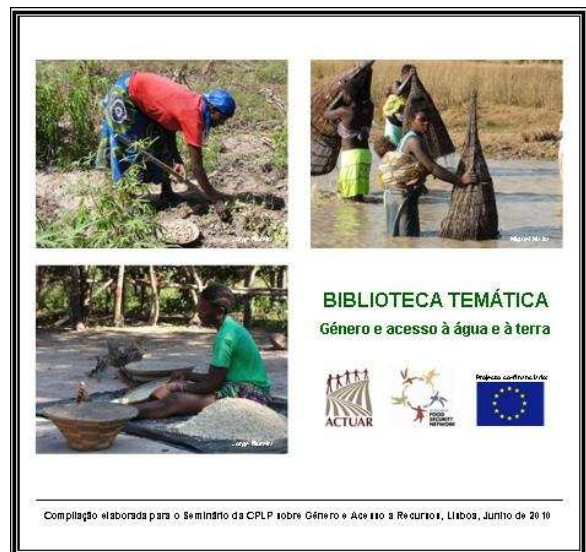
- *Promover estabelecimento e consolidação de redes temáticas da sociedade civil.*
- *Reforçar a participação da sociedade civil, particularmente das mulheres, nos conselhos inter-ministeriais de segurança alimentar, de forma a assegurar que uma abordagem de género é integrada nas políticas e programas de acesso e gestão de recursos naturais (terra, água e biodiversidade).*
- *Criar observatórios de monitoramento e avaliação das políticas e programas nacionais que afectem o acesso das mulheres a recursos naturais (para tal, dados desagregados por sexo serão fundamentais, de forma a medir e monitorar os diferentes impactos das políticas económicas, sociais e ambientais, sobre homens e mulheres).*
- *Adoptar uma abordagem baseada em direitos e estimular a participação das mulheres produtoras nas fases de concepção, implementação e acompanhamento/avaliação de programas, políticas e projectos que afectem o acesso das mulheres a recursos naturais.*
- *Encorajar a participação de mulheres nas instituições tradicionais que tomam decisões, de modo que elas possam exercer os seus direitos no seio das comunidades.*
- *Criar condições que facilitem o acesso a tecnologias, formação e informação, incluindo serviços financeiros ao pequeno agricultor (exemplo: simplificação dos processos para acessar ao crédito através um apadrinhamento para simplificar a questão dos bens para a penhora, uma vez que os camponeses quase nunca têm para dar como garantia às instituições de crédito).*
- *Apoiar a criação de pequenos projectos de apoio ao desenvolvimento das mulheres nas comunidades rurais.*

Compilação de um CD-ROM contendo materiais sobre o tema de género e acesso a recursos naturais

Esta actividade teve como objectivo proporcionar aos parceiros das redes nacionais da sociedade civil uma ferramenta de trabalho útil sobre esta temática. Em concreto, procedeu-se à identificação e selecção de materiais (manuais didácticos, guias metodológicos, ferramentas práticas, artigos, policy briefs, outros) sobre o tema de género e acesso à terra e outros recursos naturais. As fontes de informação privilegiadas, sem prejuízo de outras consideradas relevantes, foram o IFSN e seus parceiros, outras Redes e Organizações da sociedade civil, bem como a FAO.

Os materiais foram compilados num CD-ROM, tendo os seus conteúdos foram organizados de forma temática obedecendo a um layout gráfico no formato HTML para facilitar o seu uso e consulta.

Exemplares do CD-ROM foram distribuídos na Conferência, bem como aos representantes da sociedade civil para disseminação nos respectivos países.



Participação da Rede Regional na Conferência (Lisboa, 2 a 4 de Junho, 2010)

A Conferência decorreu em Lisboa entre os dias 2 e 4 de Junho de 2010. A comitiva da sociedade civil mobilizada pela ACTUAR participou com o objectivo de apresentar os resultados do estudo realizado, aprofundar o diálogo político e contribuir para as conclusões finais da conferência.

Estiveram presentes cerca de quarenta participantes incluindo, para além da sociedade civil, representantes dos Governos dos PALOP e Portugal, representantes da CPLP bem como várias divisões da FAO.



A agenda do seminário foi a seguinte:

2 de Junho de 2010

- 18:30 Registo dos participantes
- 19:30 Jantar de confraternização

3 de Junho de 2010

- 9:00 Sessão de abertura (FAO, CPLP e Cooperação espanhola) Vídeo GCP
- 10:30 Pausa café
- 11:00 Apresentações da situação e lições aprendidas na gestão de água e terra com abordagem de género (Angola, Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste)
- 12:30 Discussão em plenária
- 13:00 Almoço
- 14:00 Apresentação pela Task Force dos resultados da implementação do projecto GCP/INT/052/SPA
- 14:30 Discussão em plenária
- 15:00 Pausa café
- 15:30 Resposta da sociedade civil aos desafios na integração das questões de género na gestão dos recursos naturais
- 17:00 Resumo do dia

4 de Junho de 2010 - Cenário para uma cooperação futura

- 9:00 Reflexão sobre o dia anterior
- 9:30 Apresentação da proposta
- 10:00 Apresentação dos elementos para uma proposta de um programa para os PALOP e Timor-Leste
- 10:30 Pausa café
- 11:00 Grupos de trabalho:
 - 1. Melhoria da proposta de programa;
 - 2. Arranjos das instituições e definição das responsabilidades
- 13:00 Almoço
- 14:00 Apresentação dos resultados dos grupos de trabalho
- 14:30 Discussão em plenária
- 15:00 Pausa café
- 16:00 Conclusões e Recomendações
- 16:30 Cerimónia de Encerramento

No primeiro dia discutiu-se amplamente a situação nos diversos países bem como algumas lições aprendidas, em particular no âmbito do projecto. Os resultados obtidos ao longo dos últimos anos foram debatidos em plenária. A ACTUAR fez a apresentação das conclusões do estudo levado a cabo em parceria com as redes nacionais dos PALOP evidenciando as suas conclusões e recomendações. Em seguida foi dado espaço para os representantes dos países apresentarem os seus comentários e observações.



No segundo dia discutiram-se questões técnicas e elementos para novas propostas de actuação em matéria de género e acesso a recursos naturais, designadamente envolvendo em conjunto os países da CPLP.

Alguns elementos importantes na discussão foram a necessidade de se criar um sistema de informação que permita estruturar e disponibilizar informação de várias fontes para a caracterização sócio-ambiental dos países da CPLP na óptica da gestão sustentável de terras e do combate à desertificação; necessidade de se tomarem em conta formas efectivas de coordenação e reforço da acção entre governos, FAO e CPLP.



Sublinhou-se que a segurança alimentar deveria funcionar como elemento de ligação entre as diversas iniciativas da FAO dado ser uma prioridade da CPLP e doadores.

Em seguida realizaram-se grupos de trabalho onde se discutiram aspectos para melhorar a cooperação Sul-Sul e Norte-Sul no campo da segurança alimentar e gestão dos recursos naturais na CPLP, bem como mecanismos para facilitar a convergência de políticas com participação da sociedade civil.



Sublinhou-se a necessidade de se conformar um Comité FAO/SECPLP/Sociedade Civil tendo como guarda-chuva a temática da segurança alimentar.

Os seguintes tópicos resumem os principais resultados da discussão:

- Necessidade de criar uma Comissão FAO para os assuntos da CPLP que integre várias divisões da FAO e da sociedade civil na coordenação e implementação das acções;
- Desenvolver uma proposta de cooperação técnica entre os PALOP e Timor-Leste em concertação com os actores nacionais e a FAO.
- Mobilizar recursos de forma descentralizada, incluindo doadores dos vários países.
- Criar comités nacionais para um futuro Project alargado alargando a base social dos comités criados no âmbito do combate à desertificação e reforçando a participação dos Ministérios da Agricultura.



Conclusões

Os seguintes tópicos resumem os principais conclusões da discussão:

- - Necessidade de criar uma Comissão FAO para os assuntos da CPLP que integre várias divisões da FAO e da sociedade civil na coordenação e implementação das acções;
- - Desenvolver uma proposta de cooperação técnica entre os PALOP e Timor-Leste em concertação com os actores nacionais e a FAO.
- - Mobilizar recursos de forma descentralizada, incluindo doadores dos vários países.
- - Criar comités nacionais para um futuro Project alargado alargando a base social dos comités criados no âmbito do combate à desertificação e reforçando a participação dos Ministérios da Agricultura.

Os seguintes tópicos resumem as acções de seguimento definidas:

- Preparar uma nota com resumo histórico das iniciativas FAO/CPLP em matéria de recursos naturais;
- Criar um mecanismo de interlocução FAO-CPLP que integre diferentes divisões da FAO (NRL, ESW, LEGN e TCI, entre outras), estruturas da CPLP e sociedade civil.
- Convidar o Sr. Secretário Executivo da CPLP a nomear um interlocutor para esse mecanismo.
- Avançar com uma proposta de documento de projecto.



ANEXOS



Anexo 1 – Inquérito aplicado aos parceiros locais das Redes da Sociedade Civil

Inquérito “Fortalecimento de Capacidades sobre a Integração da Abordagem de Género na Gestão dos Recursos Hídricos e Fundiários”

Favor devolver para geral@actuar-acd.org até dia **3 de Maio de 2010**

Nome	
Organização	
País	
Email	

1. Existem nos instrumentos legais do seu país normas afirmativas de protecção dos direitos da mulher no acesso e gestão da terra e água? Se sim, quais os mais importantes?

--

2. Vão sendo estabelecidos planos, programas e projectos usando ou visando implementar o que está nesses instrumentos legais? Se sim, mencione os que se recorda terem sido os mais importantes e porquê.

--

3. Existem normas do direito consuetudinário que discriminam a mulher quanto ao acesso e gestão da terra e da água? Exemplifique os mais importantes.

4. Hierarquize as principais dificuldades que se colocam ao fortalecimento de capacidades sobre a integração da abordagem de género na gestão dos recursos hídricos e fundiários?

1	2	3	4	5	6	7	8

- a. Inexistência de dados estatísticos de forma desagregada por sexo, no seio da comunidade agrícola, em particular no âmbito de acesso e gestão de recursos hídricos e fundiários.
- b. Insuficiência de programas e projectos de promoção dos direitos das mulheres, no acesso e gestão de recursos hídricos e fundiários.
- c. Insuficiente sensibilização sobre a importância da abordagem de género junto dos técnicos ligados com a problemática fundiária e gestão do acesso à água.
- d. Insuficiente acesso às estruturas jurídicas para fazer valer os direitos consagrados na legislação vigente.
- e. Barreiras socioculturais e leis consuetudinárias que ainda limitam o acesso das mulheres e dos jovens aos recursos produtivos e na tomada de decisões.
- f. Insuficiente nível de organização por parte das estruturas da sociedade civil com actuação nesta área.
- g. Insuficiente difusão e conhecimento da legislação de promoção dos direitos das mulheres quanto à gestão de recursos hídricos e fundiários, particularmente por parte dos detentores destes direitos.
- h. Outros:

5. Se tivesse que indicar duas propostas de acção visando melhorar a situação vigente, envolvendo os actores relevantes (Governo, doadores, FAO, sociedade civil), quais seriam as suas prioridades?

Muito obrigado pela sua colaboração!



ACTUAR – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento

Quinta do Bispo, Bencanta, 3040-316 Coimbra

Tel.: +351 961585638 E-mail: geral@actuar-acd.org URL: www.actuar-acd.org

Anexo 2 – Apresentação efectuada na Conferência

Integração de uma abordagem de género na gestão de recursos hídricos e fundiários

Documento de Posição de organizações e redes dos PALOPs

Isabel Dinis, ACTUAR
Lisboa, 3 de Junho de 2010



ACTUAR - ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO

- ONG com sede em Portugal que trabalha na área de desenvolvimento, numa perspectiva de reforço de direitos
- Parceira da *Rede Internacional de Segurança Alimentar (IFSN)* através da qual trabalha em conjunto com Redes temáticas da sociedade civil para a Segurança Alimentar dos PALOP (Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe)



PAPEL DA ACTUAR NO PROJECTO

- Mobilização de parceiros da sociedade civil para participar no Seminário Regional
- Elaboração de um documento de posição com a perspectiva da sociedade civil e suas recomendações sobre a integração da abordagem de género no acesso e gestão dos recursos hídricos e fundiários
- Preparação de CD-ROM com material de capacitação sobre o tema de género e acesso a recursos naturais, baseado em abordagens participativas



DOCUMENTO DE POSIÇÃO

- Levantamento de iniciativas (políticas, programas, projectos, legislação) em curso e/ou em formulação
- Levantamento de actores intervenientes (governamentais, sociedade civil, agências internacionais)
- Metodologia:
 - análise documental de dados secundários
 - inquérito dirigido às redes e OSCs dos PALOPs + TL
 - discussão do documento a apresentar no seminário com as redes e OSCs dos PALOPs + TL
 - NOTA: não obstante a insistência realizada, não nos foi possível receber feedback das OSCs de Timor-Leste



ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS

- ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiental (Angola);
- Parceria Nacional da Água (Cabo Verde);
- Plataforma das ONGs (Cabo Verde);
- OADISA – Organização das Associações Para o Desenvolvimento Integrado de S. Antão (Cabo Verde);
- Rede INEP/Action Aid (Guiné-Bissau);
- ORAM – Associação Rural de Ajuda Mútua (Moçambique);
- Consultora do projecto GCP/INT/052/SPA (Moçambique);
- MuGeDe: Mulher, Género e Desenvolvimento (Moçambique);
- Ministério para Coordenação da Acção Ambiental (Moçambique);
- FONG - Federação das Organizações Não Governamentais (S. Tomé e Príncipe);
- ADADER - Associação de Defesa do Ambiente e Desenvolvimento Rural (S. Tomé e Príncipe);
- MARAPA - Mar, Ambiente e Pesca Artesanal (S. Tomé e Príncipe);
- Direcção dos Recursos Naturais e Energia (S. Tomé e Príncipe).



GÉNERO, AGRICULTURA E AMBIENTE

- Papel central dos pequenos agricultores
- Contribuição das mulheres para a produção agrícola
- O acesso e controlo dos recursos naturais são factores essenciais para:
 - produção de alimentos e geração de renda
 - atingir níveis adequados de SAN
 - reduzir a pobreza e as desigualdades
 - aumentar o próprio poder negocial das mulheres e a sua participação na tomada de decisões nas suas comunidades
 - atingir os MDGs 1, 3 e 7, directamente dependentes do acesso a recursos naturais



GÉNERO, AGRICULTURA E AMBIENTE

- Abordagem holística:
 - nível macro: através da advocacia junto dos decisores políticos
 - nível meso: junto dos líderes comunitários e outros decisores
 - nível micro: sensibilização da comunidade, favorecendo um diálogo construtivo entre órgãos de soberania, sociedade civil, organizações camponesas e sector privado



QUADRO DE GOVERNAÇÃO INTERNACIONAL

- Declaração Universal dos Direitos do Homem
- Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos
- Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais
- CEDAW
- Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento
- Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
- Declaração do Milénio das Nações Unidas
- Cúpulas Mundiais da Alimentação
- Plano de Aplicação das Decisões da Cúpula Mundial de Joanesburgo sobre o Desenvolvimento Sustentável
- Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos - Protocolo sobre os Direitos das Mulheres em África
- Declaração Final da ICARRD



QUADRO LEGAL DOS PAÍSES DO PROJECTO

- Ambiente legal complexo, dada a coexistência de vários sistemas legais: i) instrumentos jurídicos internacionais de direitos humanos; ii) sistema legal nacional; iii) em alguns casos, normas consuetudinárias.
- Em termos gerais, legislação nacional reconhece os direitos de homens e mulheres no acesso e gestão de recursos naturais, entre os quais, terra e água.
- Não obstante, atingir essa não-discriminação não tem sido linear, pelo que é imprescindível um esforço efectivo de promoção e consolidação de acções positivas que assegurem a equidade de género.



ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: ANÁLISE COMPARATIVA DOS PRINCIPAIS DESAFIOS

- Constituição
- Lei de Terras
- Lei de Água
- Normas consuetudinárias



ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: ANÁLISE COMPARATIVA DOS PRINCIPAIS DESAFIOS

- Países analisados adoptaram os principais princípios dos instrumentos internacionais nas suas legislações nacionais - necessário, contudo não suficiente para garantir a equidade de género.
- Garantir que intervenções legislativas sejam compreendidas e aceites cultural e socialmente, o que implica frequentemente mudanças de atitude.
- Desafios a enfrentar:
 - Normas consuetudinárias
 - Limitações institucionais (meios humanos, técnicos e materiais), particularmente ao nível local
 - Educação e capacitação
- Coordenação de trabalho inter-ministerial para a segurança alimentar – dados os interfaces profundos entre a segurança alimentar e o acesso a recursos naturais, torna-se prioritário assegurar que estas estruturas de coordenação integrem uma abordagem de género na definição de propostas de políticas, programas e estratégias de promoção da segurança alimentar nos países em causa.



Integração de uma abordagem de género na gestão de recursos hídricos e fundiários

Documento de Posição de organizações e redes dos PALOPs

- Angola
- Cabo Verde
- Guiné-Bissau
- Moçambique
- Portugal
- S. Tomé e Príncipe
- Timor Leste



RECOMENDAÇÕES – CAPACITAÇÃO

- Materiais de capacitação traduzidos para distintos grupos e contextos (cartilhas, livros, vídeos)
- Acções de capacitação e sensibilização (seminários, workshops, campanhas mediáticas)
- Acções de Intercâmbio de Formação entre países da CPLP
- Investigação que sustente acções de capacitação



RECOMENDAÇÕES – CAPACITAÇÃO (DESTINATÁRIOS)

- População local
- Mulheres e Jovens
- Técnicos activistas de desenvolvimento e da sociedade civil
- Responsáveis técnicos nos ministérios e escritórios provinciais/comunais
- Líderes comunitários
- Homens



RECOMENDAÇÕES – SISTEMA JURÍDICO

- Sistemas legais e tradicionais
- Estrutura ministerial feminina
- Acções de apoio jurídico às mulheres
- Harmonizar a aplicação de normas consuetudinárias com as do direito escrito, tendo em consideração circunstâncias particulares
- Medidas que orientem a cedência de terras a empresários apenas com base em estudos adequados e independentes e após verdadeiras negociações com as populações envolvidas



RECOMENDAÇÕES – PARTICIPAÇÃO, EMPODERAMENTO E REDES

- Apoiar redes temáticas da sociedade civil
- Reforçar participação da sociedade civil, particularmente das mulheres, nos conselhos inter-ministeriais de segurança alimentar
- Criar observatórios de monitoramento e avaliação das políticas e programas nacionais que afectem o acesso das mulheres a recursos naturais
- Estimular a participação das mulheres produtoras nas fases de concepção, implementação e acompanhamento/avaliação de programas, políticas e projectos que afectem o acesso das mulheres a recursos naturais
- Encorajar a participação de mulheres nas instituições tradicionais
- Criar condições que facilitem o acesso a tecnologias, formação e informação, incluindo serviços financeiros ao pequeno agricultor
- Apoiar a criação de pequenos projectos de apoio ao desenvolvimento das mulheres nas comunidades rurais



**Integração de uma abordagem de género na gestão de recursos
hídricos e fundiários**

Documento de Posição de organizações e redes dos PALOPs

Isabel Dinis, ACTUAR

isabel.dinis@actuar-acd.org

geral@actuar-acd.org

